



Número: **0000252-16.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **09/03/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22013 461	14/06/2019 09:31	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
28216 678	12/02/2020 12:37	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
28216 686	12/02/2020 12:38	Certidão	Certidão
31368 681	11/06/2020 07:45	Decisão	Decisão
32732 741	28/07/2020 18:45	Informação	Informação



TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA

Recebido hoje, sob protocolo
24.02.16



ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS, brasileiro, solteiro, agricultor, portadora da Carteira de Identidade nº. 4.079.033 – SSDS/PB e do CPF nº. 118.212.734-78, residente e domiciliado na Rua Agenor Alves dos Santos, nº 33, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

03
X

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Cumpre ressaltar inicialmente que no dia 18/11/2014, por volta das 16h00min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, queda de moto, quando vinha trafegando, em uma moto HONDA CG 125 TITAN, pelas ruas que ligam o bairro São José ao bairro Monte Santo, na cidade de Picuí-PB, e, ao passar pela Rua São Sebastião, Centro, Picuí-PB, colidiu com um ônibus, perdendo o controle do veículo, vindo a cair ao solo. Desse modo, devido ao sinistro, o autor permaneceu lesionado gravemente na estrutura craniofacial, além de ter sofrido também várias escoriações.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 083/2014 expedido pela Delegacia Regional de Polícia Civil de Picuí/PB, o requerente, no momento do acidente, pilotava a moto HONDA CG 125 TITAN, placa KMB 3083-PE, chassi nº 9C2JC2500XR130953, ano/modelo 1999, cor verde, licenciada em nome de Eduardo de Castro Sá Barreto Gomes.

Também informa a documentação em anexo que, logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pelo SAMU da cidade de Picuí-PB para o Hospital Regional de Picuí-PB, onde foi submetido a tratamento médico cirúrgico e permaneceu internado, tendo ficado incapacitado para as suas ocupações habituais por mais de 30 dias.

Portanto, desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia documentação em anexo.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

04

É tanto que o autor em 25/03/2015 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Aruana Seguradora S.A.), sob sinistro nº. 3150267856, tendo tal procedimento extrajudicial se esaurido pelo fato do autor não ter conseguido do proprietário do veículo documentos pessoais deste, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da mesma, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3º C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06
X

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2015, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

08
f

ANEXO
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio	Percentual da Perda
Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhas ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

09
x

das sequelas na estrutura craniofacial (100% cem por cento) o que perfaz o percentual correspondente aos 100% (cem por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data da sinistralidade. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quírodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do esgotamento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente **na estrutura craniofacial**, ou seja, cem por cento de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

B
K

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja a autora submetida a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses Termos,
Pede deferimento.

Picuí – PB, 07 de outubro de 2015.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

24/8

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

16
8

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

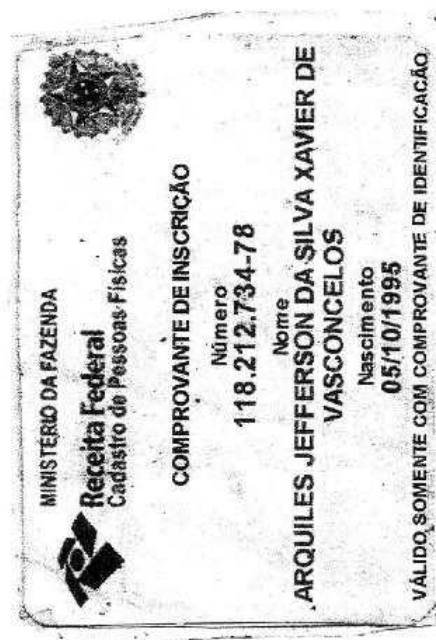
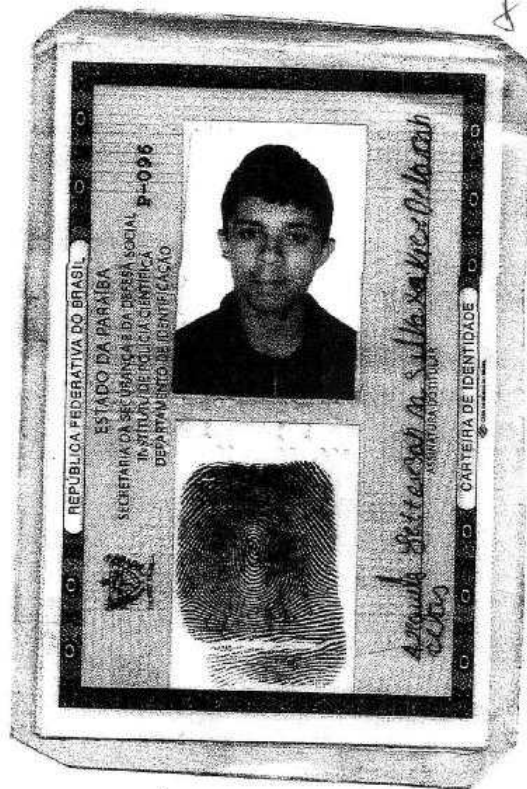
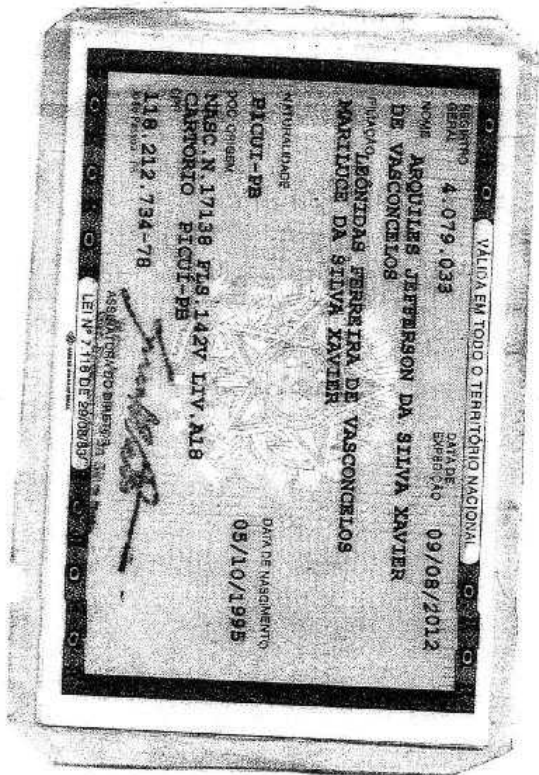
O Outorgante Argemir J. da Silva X. de Vasconcelos
brasileiro(a), solteiro, agricultor, portador do RG nº
4.079.033 expedido por 5505/PB e do CPF nº
118.012.734-78, residente na(o) _____
Rua Agenor Alves dos Santos, município de
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procurador e advogado o Bel. **NILO TRIGUEIRO DANTAS, OAB-PB 13.220**,
brasileiro, solteiro, advogado, com endereço profissional no Empresarial Evanisa Dantas localizado
na Avenida Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere
poderes para o foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo
Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar
primeiras e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como
substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 23 de Fevereiro de 2014.

Argemir J. da Silva X. de Vasconcelos
Outorgante

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190





BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta original.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica: Nº 000.050.295



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-690
CNPJ 09.885.183/0001-60 Insc.Est. 18.018.823-0

DADOS DO CLIENTE
CRISTINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
RUA AGENOR ALVES DOS SANTOS 33
PICUI

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR
5/1212134-9

REFERÊNCIA
MAR/2015

APRESENTAÇÃO
05/03/2015

VENCIMENTO
12/03/2015

TOTAL A PAGAR
R\$ 24,50

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

CRISTINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO

Roteiro: 01-420-505-4350

83810000000-5 24500054000-5 12121342015-5 839000000019-0

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA
12/03/2015	R\$ 24,50	1212134-2015-43-9



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/06/2019 07:41:12

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906140931200000000021376387>

Número do documento: 1906140931200000000021376387

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Arquiles Jefferson da Silva Xavier de Vasconcelos
RG nº 4.073.003, data de expedição 09/08/2012, Órgão
SSB/PB, CPF nº 118.212.734-78, venho perante a este
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Prça)	<u>Rua Agenor Alves dos Santos</u>
Número	<u>33</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>São José</u>
Cidade	<u>Picuí</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58187-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picuí-PB, 11/03/15

Assinatura do Declarante: Arquiles Jefferson da Silva Xavier de Vasconcelos



20
8

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Arguiles J. da S. Xavier de Vasconcelos
brasileiro(a), Salteiro, agricultor, portador do
RG nº 4.049.033 expedido por SS/D5/PB e do CPF nº
118.212.734-78, residente na(o)
Rua Agenor Alves dos Santos, município
de Picuí - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas
processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não me
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 23 de fevereiro de 2014.

Iranilda Dantas
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



C E R T I D ã O**Nº.Cont.: 083/2014**

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 002/2014, o Registro n.º 083/2014, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 10 dias do mês de **Dezembro** do ano de **2014**, Nesta cidade de **Picuí**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, presente a Autoridade Policial o (a) **Bel. Dianni Regina de Barros Silva**, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 14h40min. compareceu: **ARQUILES JEFERSON DA SILVA XAVIER**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de **Picuí/PB**, nascido aos 05/10/1995, filho(a) de **Leónidas Jefferson da Silva Xavier de Vasconcelos e Mariluce da Silva Xavier**, residente na rua **Agenor Alves dos Santos, nº33, bairro São José Picuí/PB**, RG nº 4.079.033 -SSDS-PB e CPF: 118.212.734-78; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 18 de Novembro de 2014, por volta das 16:00 horas, deslocava-se do bairro São José para o bairro Monte Santo na cidade de Picuí/PB, pilotando a moto marca Honda CG 125 Titan, placa KMB 3083-PE, chassi nº 9C2JC2500XR130953, ano/modelo 1999, cor VERDE, licenciado em nome de Eduardo de Castro AS Barreto Gomes; Que na rua São Sebastião, Centro, Picuí/PB, colidiu com um ônibus, vindo a perder o controle e caindo ao solo, sendo socorrido pela ambulância do SAMU, e levado para o Hospital Regional de Picuí onde foi atendido; Que as testemunhas abaixo assinadas estiveram no local e presenciaram o fato; Que em virtude do acidente automobilístico o comunicante fraturou zigoma, maxila, conforme laudos apresentados na delegacia de policia civil local; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.**

Picuí/PB, 10 de Dezembro de 2014.

Arquiles Jefferson da Silva Xavier de Vasconcelos
COMUNICANTE:**MARIA APARECIDA DOS SANTOS**

TESTEMUNHA 1 CPF Nº 563.422.505-16, Residente na rua Pres. Agenor Alves dos Santos, nº33, São José, Picuí/PB

MARIA IVONE DE LIMA

TESTEMUNHA 2 CPF nº 033.086.884-50, Residente na rua Marcelino Balbino dos Santos, nº 50, São José, Picuí/PB.

Michelle Cabral
Michelle Cabral
Agente Investigação
Mat. 168397-7Delegacia Regional de Polícia Civil - Picuí - PB
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP: 58.187-000 - Picuí - PB - Fone: (83) 3371-2324

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Arquiles Jefferson da S. X de Vasconcelos portador da carteira de identidade nº 4.049.008 e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.212.439-78 residente e domiciliado na Rua Agenor Alves dos Santos Cidade Picui Estado PB declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (X) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Picui - PB, 11/03/15
Local e data





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.819.650/0001-21
BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192

Picuí/PB, 24 de Novembro de 2014.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Picuí/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER VASCONCELOS, 19 anos, portador do RG 4.079.033, vítima de colisão moto/ônibus, ocorrido no dia 18 de Novembro de 2014, na Rua: São Sebastião, Baixo: Centro, Picuí/PB. Paciente encontrava-se consciente, orientado, apresentando corte contuso na região da maxila esquerda, e referindo dor em membro superior direito. Após contato com a central reguladora e realização de procedimentos necessários, o mesmo foi encaminhado ao Hospital Regional de Picuí/PB.

Gigliana da Silva Dantas
Coordenadora do SAMU
COREN/PB 246.093

Gigliana

GIGLIANA DA SILVA DANTAS
Coordenadora SAMU PICUI/PB

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 - e-mail: pmpicui.sat.splena@uol.com.br



24

ARUANA SEGUROS DPVAT**SINISTRO: 3150267856**

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119)
Visão Geral em 20/10/2015
SINISTRO: 3150267856
Data de Cadastro no Sistema: 25/03/2015

Franquia: 216-00-31 NILO DANTAS
NILO DANTAS

Campina Grande - PB
Fone: (83) 9912-5302
E-mail: suporte@jemreguladora.com.br

Nº RCO: 071070/2015 Solicitado por: RN - 2015-03-18 14:54:25 Feito por: PB - 2015-03-18 15:42:22

Franquia: 31 Loja: Agente:

Vítima: ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VA

End: RUA AGENOR ALVES DOS SANTOS , 33

Bairro: SAO JOSE

Cidade: PICUI

CEP: 58187000

UF: PB

Código do Beneficiário: 1 - Vítima

Data de Nascimento: 05/10/1995

CPF: 11821273478

Data do Acidente: 18/11/2014

Natureza: IPA

Código do Veículo: 1 - Automóvel/Camioneta (Particular)

Históricos relativos ao Sinistro Nº 3150267856

Data	Histórico
26/03/2015 08:53:02	Sinistro Cadastrado no SIS-DPVAT
04/07/2015 19:11:48	[Pendenciado pela Seguradora Aruana] -F. CPF DO PROPRIETÁRIO PARA TIRA O DUT. F. CONTA (EXTRATO OU COPIA DO CARTÃO

* Nenhum lançamento de pagamento encontrado para o Sinistro nº 3150267856 na franquia 216 00 31.



25
X

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PE Nº 5800769431

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 713656832 ***** 2004

NOME/ENDEREÇO
EDUARDO DE CASTRO SA BARRETO GOM
ES-RUA ALFREDO BECKER 99
CASA-CORDEIRO
RECIFE-PE 50630-100

CPF/CGC 029.544.384-79 PLACA KMB3083

PLACA ANTIGA KMB3083

FAIXA DE UTILIDADE/VER. URI GASOLINA

HONDA/CG 125 TITAN

2P/124CL

IPVA 2004 QUITADO	*****
FAIXA I.P.A.	2: *****
1	3: *****

PREMIO LICITADOR(R\$) ISOF PREMIO TOTAL(R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO PAGO

OBSERVAÇÕES

M RESERVA
EFEITO SUSPENSIVO

RECIFE 27/08/04

OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT

PEN: 5800769431 BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOME/ENDEREÇO
EDUARDO DE CASTRO SA BARRETO GOM
ES-RUA ALFREDO BECKER 99
CASA-CORDEIRO
RECIFE-PE 50630-100

CPF/CGC 029.544.384-79 PLACA KMB3083

BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO

PEN: 5800769431 EXERCÍCIO 2004 DATA EMISSÃO 27/08/04

NOME/ENDEREÇO
EDUARDO DE CASTRO SA BARRETO GOM
ES-RUA ALFREDO BECKER 99
RECIFE-PE 50630-100

VIA 1 029.544.384-79 PLACA KMB3083

DOU RENAVAM 713656832 MARCA/MODELO HONDA/CG 125 TITAN

CHASSI 9C2JC2500XR130953

PREMIO LICITADOR(R\$) ISOF PREMIO TOTAL(R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO PAGO

OBSERVAÇÕES

VIA CONVÊNIO





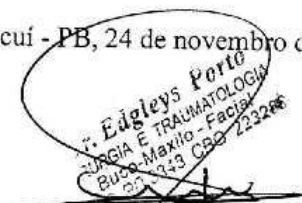
GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”

DECLARAÇÃO

Declaro para fins previdenciários junto a, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, agência: Cuité-PB, que o(a) Sr(a): **Arquiles Jefferson da Silva Xavier Vasconcelos**, RG:4079.033 nascido(a): 05/10/1995, declarou ser: **Agricultor, Residente na Rua Marcelino Balbino dos Santos, município de Picuí- PB**, com entrada nesta unidade hospitalar na data: 24/11/2014, para tratamento Cirúrgico. CID - 10: S02.4. **Paciente Vítima de acidente de Moto**. Estando o (a) mesmo (a) impossibilitado (a) de exercer suas atividades profissionais por : **30 dias a partir desta data**. O documento encontra-se no SAME (Setor de Arquivo Médico) a disposição do INSS.

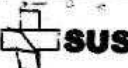
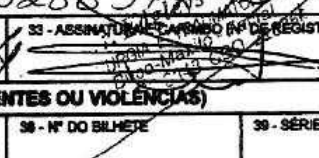
Picuí - PB, 24 de novembro de 2014.


Dr. Edgleys Porto
Cirurgia e Traumatologia
Buco – maxilo - Facial
CRO – PB - 3848

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15
Bairro: Monte Santo
Picuí – PB
CEP - 58.187-000
Fone/Fax - (83) 3371-2990
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00
hospitalregionaldepicui@gmail.com



27
8

 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL REGIONAL DE PICUI		2 - CNES 2757710	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
3 - NOME DO PACIENTE Arguiles Jefferson da Silva Farias Afonso		4 - Nº DO PRONTUÁRIO 71.852	
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 204016903680008	6 - DATA DE NASCIMENTO 05/10/95	7 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 3	8 - RAÇA/COR Parda
9 - NOME DA MÃE Mariluce da Silva Farias		10 - TELEFONE DE CONTATO DDD (83) Nº DO TEL. 9684 4297	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL Mariluce da Silva Farias		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD () Nº DO TEL.	
13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) R. Marcelino Ballim dos Santos 30			
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Picui	15 - COD. IBGE MUNICÍPIO 25140	16 - UF PB	17 - CEP 58.184-000
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Requer internação de urgência de neuro (SIP), apresentando fratura de zeno - 6			
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO O at. cirúrgico			
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Ex. físico + Rx			
21 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura de zeno - 6	22 - CID 10 PRINCIPAL S02.4	23 - CID 10 SECUNDÁRIO	24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Red. event + osteosíntese e imobilização		25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0404020704	
27 - CLÍNICA Emergência	28 - CARÁTER DE INFORMAÇÃO () CNS () PCF	29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE 04628857115	
31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Dr. Edgley Reis		32 - DATA DA SOLICITAÇÃO 11/11/14	33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DE REGISTRO DO CONSELHO) 
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
34 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	37 - CNPJ DA SEGURADORA	38 - Nº DO BILHETE	39 - SÉRIE
35 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	40 - CNPJ DA EMPRESA	41 - CNAE DA EMPRESA	42 - CSOR
36 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO	43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURO		
AUTORIZAÇÃO			
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		45 - COD. ÓRGÃO EMISSOR	50 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR Hospital Regional de Picui Atesto conforme o original. Picui, 26/11/2014 Arquivo Médico Ass. Administrativa
46 - DOCUMENTO () CNS () CPF	47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		
48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 1/11	49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		



28



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15- Monte Santo
CEP: 58.187-000 Fones: (83) 3371-2554 / 2990
Picuí PB - CNPJ: 08.778.268/0001-80

Nº Anál. _____
Nº de Ordem _____
Nº de Reg. 71.852
Nº do Docum. Rg. 4079.033

ARQUIVO MÉDICO

Nome: Arquiles Jefferson da S.R. Paçconato
Responsável: mariluce da S. Parier
Pai: Leônidas Ferreira de Paçconato
Mãe: mariluce da S. Parier
Prof: Agricultor Data Nasc.: 05/10/1995 Idade: 19a
Endereço: R. Marcelino B. da Silva Nº 30
Bairro: _____ Cidade: Picuí Est. Civil: Solteiro

PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Fratura de zygoma G

Tratamento efetuado no hospital: Redução e fixação
da fratura com miniplaca

Exames realizados: Hemograma, TC, TS, glioma
em zygoma, E.C.G + seis derivações, Rx face

Internado em 24/11/14 Alta em 1/12/14

Arquivista

Médico Assistente

Hospital Regional de Picuí
Atesto conforme o original.

Picuí, 26/11/2014.
Arquivo Médico [Assinatura]

Josevânia Lima de Melo
Aux. Administrativo





GOVERNO DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUÍ - FELIPE TIAGO GOMES
CCIH - COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

CONTROLE DE ANTIBIÓTICOS CADASTRO DO PACIENTE INTERNO

Nº do Registro: 11.852 Nome do Paciente: Arquiles Serrano da S. P. Vasconcelos
Data de Nascimento: 05/10/95 Sexo: M (DF) Nº do Cartão do SUS: 204016903680008
Data da internação: 24/11/14 Origem do Paciente: Instituição de Saúde () Comunidade (X)

JUSTIFICATIVA

Diagnóstico da Internação: _____

Início: ____/____/____

Fatores de Risco: _____

Término: ____/____/____

ANTIMICROBIANOS

Antibióticos	Início	2. dia	3. Dia	4. Dia	5. Dia	6. Dia	7. Dia	Suspensão
Amoxicilina 1g								
Benzilpenicilina								
Cloranfenicol 1g								
Cefalotina 1g								
Ceftriaxona 1g	<u>24.11</u>	<u>25.11</u>						
Ciprofloxacino 400mg EV								
Gentamicina 40 mg IM/EV								
Gentamicina 80 mg IM/EV								
Lincomicina 600 mg IM/EV								
Levofloxacino 500 mg								
Metronidazol 500mg EV								
Oxacilina 500 mg								

CONTROLE DIÁRIO (FARMÁCIA)

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) Termo de Cooperação 37/2006-
OPAS/OMS e Portaria 2616/1996 do (MS) Ministério da Saúde/Brasil.

Edgley's Porto
Cirurgia e Traumatologia
Bucal-Maxilo-Facial
BBO - 328 CBO 223265

Médico Prescritor

Setor da Farmácia



30
8



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58.187-000 - Tel: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-80

Nº AIH _____
Nº de Ordem _____
Nº de Reg. 73832
Nº de Docum. 6079033

FICHA DE CADASTRO DE PACIENTE

Nome: <u>Arquiles J. da Silva Xavier Gasconados</u>			
Data do Nasc.:	<u>05/10/195</u>	Sexo:	Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Femin. <input type="checkbox"/>
Idade:	<u>19a</u>	Fone:	
Endereço: <u>R: marçalino B. dos Santos, 30</u>			
Bairro:	Cidade: <u>Picuí</u>		
Profissão:	<u>Agricultor</u>		
Entrada:	<u>04/11/14</u>	Alta:	<u>1/1</u>
Estado Civil:	Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input checked="" type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>	Óbito:	<u>1/1</u>
Pai:	<u>Leônidas Pereira de Gasconados</u>		
Mãe:	<u>Marilene da S. Xavier</u>		
Responsável:	<u>Marilene da S. Xavier</u>		
Médico Assistente:	<u>Dr. Edgley R. B.</u>		
Diag. Definitivo:	<u>Fratura de zygoma E.</u>		
Tratamento: <u>Redução e fixação + antibioticoterapia</u> <u>com analgésicos</u>			

001.21

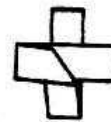
IMP. 001/0001 (01) 0000-0001 - Picuí/PB





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Hospital Regional de Pícará "Filipe Thiago Gomes"



SUS

Sistema Único de Saúde

EVOLUÇÃO

Nome: Arguiles J. da Silva Soares de ^{gossconcelos} Idade: 19a Reg.: 71.852
Serviço: C. Cirúrgico Diagnóstico: Fratura de Zígon G Local: 207-02

Data	Evolução
24.	<u>Maxilofacial</u>
14	
14	Paciente admitido de atendimento de urgência (SIP), apresentando trauma trauma na face. Ao ex. clínico: presença de edema + equimose periorbitária, G + de ferimento na região de Zígon G. Ao ex. radiográfico: imagem compatível com fratura de Zígon G. HO: Fratura de Zígon G. Exames realizados: - Hemograma - TC, TS. - exame em zigom - E.C.G + risco cirúrgico Submetido à redução e fixação da fratura de Zígon G + osteossíntese com miniplaca 2.0
25.	
11.	
14	Alta Hospitalar. Paciente melhorado submetido à redução e fixação da fratura de Zígon G + osteossíntese com miniplaca 2.0 orbital de 5 furos + 4 parafusos corticais. Orientado para o pós-operatório.

Dr. Edgley Porto
Cirurgião e Traumatologia
R. Maxilo-Facial
CRM 223268

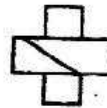
Dr. Edgley Porto
Cirurgião e Traumatologia
R. Maxilo-Facial
CRM 223268





GOVERNO
PARAÍBA

Hospital Regional de Pícaro "Felipe Tago Gomes"



SUS

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

33
8

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

NOME: Angélica J. da S. Soares Espasãoles IDADE: 19a
SERVIÇO: P. Cirúrgica ENF.: 207 LEITO: 04

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	ASSINATURA
28.11.14	10:00	Paciente foi admitida neste setor hospitalar para submeter-se a procedimento cirúrgico, nega alergia a medicamentos não é hipertensa nem diabética. Segue aos cuidados de enfermagem.	Bruna Priscila coen: 311-124
	23h15	Paciente deu entrada no bloco cirúrgico.	
	00h50	Paciente retornou do bloco cirúrgico, sob efeito de anestesia, em acesso venoso, em uso de O2, segue aos cuidados de enfermagem.	
		P.A: 110 x 70 mmHg	
28			
29.11.14	06h00	Evolve pós-operatório regular, não apresenta Sinais durante a noite, diurese (+), segue medicado e sob cuidados de enfermagem.	Andressa Andressa Karina Dantas Téc. de Enfermagem COREN/PB 618.136
		P.s: 100 x 50 mmHg	
15.11.14	15:30	PACIENTE RECEBEU ALTA HOSPITALAR.	Andressa Andressa Karina Dantas Téc. de Enfermagem COREN/PB 618.136 Ana Luiza Matos Cabral Téc. de Enfermagem COREN/PB 618.136



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/06/2019 07:41:12

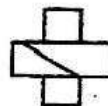
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061409312000000000021376387>

Número do documento: 19061409312000000000021376387

Num. 22013461 - Pág. 32



Hospital Regional de Pícora "Félix Díaz Gómez"

**SUS**

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

NOME: Augusto J. da S. Soares IDADE: 19a
SERVICO: _____ ENF.: _____ LEITO: _____

[illegible]



TERMOS DE RESPONSABILIDADE

O abaixo assinado

Pessoa responsável pelo doente
Dá plena autorização aos médicos do Hospitalque o
Assistirem, para fazerem as investigações julgadas necessárias ao diagnóstico e para a execução do
tratamento, comprometendo-se a respeitar todas as disposições gerais contidas nos regulamentos do
estabelecimento.

Em, 04 de Novembro de 14.....

Iranilda Dantas
Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado

Pessoa responsável pelo doente
Reconhece que o mesmo deixou o Hospital contra o parecer dos médicos deste estabelecimento, assumindo
inteira responsabilidade por sua decisão.

Em,dede.....

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado

Pessoa responsável pelo doente
Certifica que o mesmo teve alta do Hospital por ter infringido o regulamento deste estabelecimento.

Em,dede.....

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado

Pessoa responsável pelo doente
Reconhece que o mesmo está em condições de acordo e declara pelo presente que nenhum médico ou
qualquer outro membro do Hospital contribuiu intencionalmente para a indução da alta médica hospitalar.

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:



36

SUS



ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 COGIC/PE: 08.778.268.0001/60
NOME: HOSPITAL REGIONAL DE FICUI
END: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA
MUNICÍPIO: FICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25
Nome: ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS
Racão: PARDA
Dt. Nasc: 05/10/1995 Idade: 19 anos (mês(es) de idade: / dia(s) de idade:) Sexo: M
Mãe: MARILUCE DA SILVA XAVIER
Pensão: AGRICULTOR(A) Documento: 17138
Endereço: RUA Marcelene Balbino da Silva Nº 30
Bairro: SÃO JOSE
Município: CAMPINA GRANDE - PB - 58187000 - 251140
Telefone: 3361-2554 CUS: 20401690660006
Data: 18/11/2017 13:13:06
PA: CIVIL TIPO: 1
EXAMESE EXAM. FÍSICO (SUMÁRIO)
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)
RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

1.
2.
3.
4.
01 - ELETIVO CARÁTER DO ATENDIMENTO
02 - URGÊNCIA
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
05 - OUTROS TIPOS DE LESÃO E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS
PROCEDIMENTO - descrição:

DIAGNÓSTICO

MEDICAÇÃO: ENCAMINHAMENTO: CID-10:

1. PREVENÇÃO 2. ATENDIMENTO 3. INTERNAÇÃO
4. OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO E PROCEDIMENTO

1.																				
2.																				
3.																				

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S): (CARIMBO(S))

CNS CBO CRM

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL OU POL EGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO





spitz: Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

FICHA DE ANESTESIA

37
x

NOME: Arquiles Jefferson da S. α. Vasconcelos	IDADE: 19	SEXO: M	GR. SANGÜÍNEO: A
AGNÓSTICO PRE-OPERATÓRIO: Fratura de Zígoma (E)	CATEGORIA: SUS	DATA: 24/11/79	
INTERVENÇÃO REALIZADA: Red. Crânio + Estomoxil + cl/miniplates			
URGÊNCIA: Drº Todalvis	AUXILIAR: Drº Todalvis	ANESTESISTA: Drº Uirine	

AGENTES COMUNITÁRIOS

CÓDIGO

220

Abstract

200

Doc Interb T

120

Circle or Press A

2000

Digital Pulse 0

Expt. RA

120

Asst. Dir. RR

100

Exhaust Pump.

50

Cast:

44

Pré-anestésico:

Anesthesia:

☒ Geral☐ Regularna☐ Peridural☐ Bloqueio de Plexo☐ **Ostras**

Topic:

Venoclise:

Index:

Términos:

Duração minutos:

AGENTES DOSES

LÍQUIDO

ML

OBS.:





GOVERNO
DA PARAÍBA

DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

Nome do Paciente: Argemir Jefferson da Silva Xavier Vasconcelos
Data da Operação: 24/11/19 Enf.: 207 Leito: 04
Operador: Dro Edgley 1.º Auxiliar: -
2.º Auxiliar: - 3.º Auxiliar: - Instrumentador: -
Anestesista: Dro Vieira Tipo da Anestesia: Bruce
Diagnóstico Pré-operatório: Fratura de zygoma G.

Tipo de Operação: Redução e event. + extensão tx com miniplaca 1.2.0

Diagnóstico Pós-operatório: O mesmo

Atório Imediato do Patologista: nao houve.

Exame Radiológico no Ato: nao houve.

Acidente Durante a Operação: nao houve.

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

1. Acesso extra bucal frontal - maxilar
2. Incisão linear
3. Dissecção dos planos fasciais
4. Reposição dos fragmentos da fratura de zygoma G.
5. Redução e extensão da fratura
6. Extensão tx com miniplaca 1.2.0
7. Sutura com fio catgut simples 2-0 por planos
8. Sutura da pele com fio mononylon 4-0
9. Curativo compressivo

Edgley Porto
Cirurgião Especialista em Otorrinolaringologia
CRM 22534





**GOVERNO
DA PARÁ**

FICHA DE CONTROLÊ DE INFECÇÃO HOSPITALAR

39

Hospital Regional De Pícal "Felipe Tiago Gomes"

Nome: Arquiles Jefferson da S.A. Vasconcelos Idade: 19 Sexo: M

Admissão: 24/11/14 Clínica: Ortopedia Ala: Enf.: Leito:

Diagnóstico: Fratura de zígoma

INFECÇÃO: ☐ SIM ☐ HOSPITALAR
☐ NÃO ☐ COMUNITÁRIA

TOPOGRAFIA DA INFECÇÃO: ☐ GASTRO INTESTINAL ☐ GENITAL ☐ S.N.C.
☐ FERIDA CIRÚRGICA ☐ URINÁRIA ☐ SEPTICEMIA
☐ RESPIRATÓRIA ☐ PELE / TSC ☐ OUTROS

PROCEDIMENTOS REALIZADOS: ☐ Biópsia ☐ Respirador ☒ Punção Venosa
☐ Catéter Venoso ☐ Diálise ☐ Punção Lombar
☐ Catéter Vesical ☐ Endoscopia ☐ Punção Abdominal
☒ Corticoterapia ☐ Flebotomia ☐ Punção Torácica
☐ Drogas Antineoplásicas ☐ Hemoterapia ☐ Traqueostomia
☐ N P ☐ Nebulizador ☐ Outros

CONSIDERAÇÕES CIRÚRGICAS:

Cirurgia realizada: Red. fratura de zígoma e maxila Anestesista: Orvi

Data: 24/11/14 Tempo: 01:00hs

☒ Limpa ☒ Urgência ☐ P P
☐ Potenc. Contaminada ☐ Emergência ☒ M P
☐ Contaminada ☐ Eletivo ☐ G P
☐ Infectada

EQUIPE: Cirurgião: Dr. Edgley Auxiliar:
Instrumentador: Anestesista: Dr. Viana

RAIO X NA SALA: ☐ Sim ☐ Não

Uso DE ANTIBIÓTICO: ☒ Profilático ☐ Terapêutico

Nome: Ceftriaxona 1g Nome:

Dose / Dia: 2g Dose / Dia:

Duração: Tram - Operatório Duração:

BACTERIOLOGIA

GRAM <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		CULTURA <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
MATERIAL	DATA	RESULTADO	ATB

Outras Observações:

CONDIÇÕES DE ALTA: ☐ Curado ☐ Transferido ☐ Óbito ☐ Melhorado ☐ À Pedi.

☐ Inalterado

Dr. Edgley Porto
Cirurgia e Traumatologia
Belo-Maxilo - Facial
223268

MÉDICO ASSISTENTE

C.C.LH



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/06/2019 07:41:12

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061409312000000000021376387

Número do documento: 19061409312000000000021376387



MATERIAL E MEDICAMENTOS GASTO NA SALA DE OPERAÇÃO 02

MATERIAL E MEDICAMENTOS GASTO NA SALA DE OPERAÇÕES

Paciente: Arquimedes J. Gomes da S. X. Nascimento Anest: Provisão
 Médico: Dr. Rodrigo Aux: Tratamento: ORÚRGICO
 Diagnóstico: Fratura de tíbia (E) Enfer.: Leito:
 Anestesia: geral Início: Término:

MATERIALS/SOLICÇÕES	QTD	PROS	QTD

[illegible]

PRESCRIÇÃO MÉDICA		NOME	REG
		Aracely de Jesus S.X. Vasconcelos	73.852
		DIAGNÓSTICO PROVÁVEL	DATA INTERNAÇÃO
		Leishmaniose cutânea	24.11.14
IDADE	CLÍNICA	ENF.	LEITO
39	Leishmaniose	207	04
PRESCRIÇÃO TERAPÊUTICA		VIA	HORARIO
1. 200mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
2. 200mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
3. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
4. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
5. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
6. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
7. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
8. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
9. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
10. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
11. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
12. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
13. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
14. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
15. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
16. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
17. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
18. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
19. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
20. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
21. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
22. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
23. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
24. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
25. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
26. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
27. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
28. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
29. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
30. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
31. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
32. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
33. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
34. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
35. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
36. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
37. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
38. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
39. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
40. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
41. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
42. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
43. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
44. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
45. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
46. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
47. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
48. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
49. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
50. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
51. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
52. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
53. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
54. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
55. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
56. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
57. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
58. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
59. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
60. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
61. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
62. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
63. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
64. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
65. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
66. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
67. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
68. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
69. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
70. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
71. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
72. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
73. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
74. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
75. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
76. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
77. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
78. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
79. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
80. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
81. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
82. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
83. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
84. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
85. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
86. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
87. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
88. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
89. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
90. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
91. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
92. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
93. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
94. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
95. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
96. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
97. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
98. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
99. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			
100. 500mg de S.F. 0.9% 1000mg de 24h EV ~ 1h			

CRM A PRESCRIÇÃO DEVE CONTER CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO



43
f

Procedimento: OTECOSINIC E DE JUNT. FIGAMA 6 Cód. do Procedimento: _____

Paciente: ARONILAS JEFFERSON DA SILVA XAVIER VASCONCELOS

Data da Cirurgia: 01 / 11 / 11 Prontuário Nº: Convênio: _____

Cirurgião: V. DOS REIS Coódigo: _____ () Reposição () Caixa Pronta

~~Dr. Edgley's Porto~~
~~URGIA EXTRAORAL - CIR~~
~~Porto Máximo - Facial~~
~~2-233348 CBO 223284~~

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

PARAFUSO	Nº							Valor Unt.	Valor Total
CORTICAL. 3.5mm	Qtd.								
	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
	Qtd.								
CORTICAL. 4.5mm	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
	Qtd.								
ESPONJOSO. 4.0mm	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
ESPONJOSO. 6.5mm	Qtd.								
ESP. R/16 CURTA	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
ESPONJOSO. 6.5mm	Qtd.								
ESP. R/32 LONGA	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
	Qtd.								
MALEOLAR 4.5mm	Cód.								

Obs.: O preenchimento do prontuário é obrigatório.

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS

Condições de pagamento: _____

Faturar N.F. para: _____

Cód. do consultor: _____ Total: _____

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO ESTOQUE

[illegible]

Nº do pedido: _____





Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Arquides Jefferson d. S. X. Vasconcelos, portador(a) da identidade RG 3821-4, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 23 horas, submetido(a) a med. exame físico, portador da patologia CID-10 S92-4, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 30 dias, a partir desta data.

Picuí, 25/11/14

Dr. Edgley Porto
Cirurgia e Traumatologia
Belo-Mexilo - Faccin
R. 1000, CBO 323228

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a)
Dr. (a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 09/03/2016 15 horas 44 minutos

Processo: 0000252-16.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XA

Reu : SEGURADORA LIDER DCS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANA CRISTINA SOARES PENAZZI CO

Promotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM

45
J



DATA
Recebido nesta data em Cartório
Pela 18 / 03 / 2016
Graciano mv
Escritão / Escrevente

CONCLUSÃO
Concluso nesta data ao MM. Juiz
Direito
Pela 18 / 03 / 2016
Graciano mv
Escritão / Escrevente



46
1



**Poder Judiciário
Estado da Paraíba
Vara Única da Comarca de Picuí**

Processo nº 0000252-16.2016.815.0271

DESPACHO

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10(dez) dias, trazer aos autos comprovação documental de sua hipossuficiência financeira, Lei 1.050/1960, (carteira de trabalho, contracheque atualizado, declaração de imposto de renda (ou de sua isenção), holerite, etc.), para fins de análise de gratuidade de justiça, sob pena de cancelamento na distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 18 de março de 2016

Iêda Maria Dantas
Juíza de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 03 / 03 / 2016

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)



RECEBIDA

Certifico e dou fe q. a(s) seguinte(s) EXPEDIENTE:

() Mandado de Citação	() Carta Precatória
() Mandado de Busca	() Carta de Citação
() Ofício nº _____	() Carta de Intimação
() Alvará Judicial nº _____	() Edital
() Mandado de Averbação	() Alvará de Solução

(X) Nota de Fato nº 124 / 2017

Picuí, 03 / 08 / 2017

Analista Judiciário _____

RECEBIDA

Nesta data 2017 a(s) seguinte(s) o(a)

() Mandado de Citação	() No AR
() Mandado de Busca	(X) A Petição
() Mandado de Precatório	() Edital
() Ofício nº _____	() Carta Precatória
() Nota de Fato nº _____	() _____

Picuí, 21 / 02 / 18

Analista Judiciário _____





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA
recebido nesta data em Cartório
Prel. 15 / 12 / 2018
Copias em anexo
Lido / Escrito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA

Processo: 0000252-16.2016.815.0271

ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar a Certidão Carcerária fornecida pela Cadeia Pública de Picui, a qual testifica que o requerente se encontra PRESO naquela unidade prisional, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, razão pela qual insiste na concessão da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**.

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que o promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que o mesmo não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Porém, apesar de ter colacionado aos autos tal declaração, esse Juízo acabou por indeferir o pedido de Justiça Gratuita, conforme assevera o despacho retro, o que com toda vênia, entendemos ser injusto, haja vista que tal entendimento viola o apregoado por nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, onde assegura a todos o direito de acesso à justiça em defesa de seus direitos, independentemente do pagamento de taxas.

Ademais, é cristalino o direito do requerente em ser agraciado por tal benefício da justiça gratuita, uma vez que junta agora a Certidão Carcerária fornecida pela Cadeia Pública de Picui, a qual testifica que o requerente se encontra PRESO naquela unidade prisional, comprovando assim a sua condição de ENCARCERADO PROVISORIAMENTE e de Baixa Renda, além da consequente inviabilidade de pagamento das custas judiciais sem comprometer sua subsistência, nos termos do art. 99 do NCPC, abaixo transcrito:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso. 48

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Caso Vossa Excelência entenda por não conceder a gratuidade da Justiça de forma integral, que seja lhe concedido apenas a gratuidade para dispensa das custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral.

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí, 13 de dezembro de 2017.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADM. PENITENCIÁRIA
GERÊNCIA EXECUTIVA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - GESIPE
CADEIA PÚBLICA DE PICUI

49
2

CERTIDÃO CARCERÁRIA

CERTIFICO DE ORDEM DO SRº DIRETOR DESTES ESTABELECIMENTO PENAL E A REQUERIMENTO DA PESSOA INTERESSADA, QUE REVENDO O PRONTUÁRIO E A FICHA INDIVIDUAL REFERENTE AO INTERNO ABAIXO RELACIONADO:

I – IDENTIFICAÇÃO:


NOME: ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS
R.G.: 4.079.033 SSDS/PB **C.P.F.:** 118.212.73478
FILIAÇÃO:
PAI: LEONIDAS FERREIRA DE VASCONCELOS **MÃE:** MARILUCE DA SILVA XAVIER
NACIONALIDADE: BRASILEIRO **NATURALIDADE:** PICUI/PB

Certifico que consultando os registros assentados neste egrégio estabelecimento público verifico que a pessoa acima qualificada deu entrada na data de 13/07/2017, PRESO POR MANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA NOS AUTOS DO Processo nº 0000132-36.2017.815.0271, da Comarca de Picuí/PB.

Certifico ainda que o nominado acima é portador de um **bom comportamento** carcerário, relacionando-se bem com os demais apenados, até a presente data, nada que desabone sua conduta carcerária.

O referido é verdade e/ou dou fé.

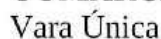
PICUI - PB, 28 de novembro de 2017.


ROMERO FIGUEIREDO AGRA FILHO
Diretor da Cadeia Pública de Picuí
Mat. 96.308-9



CONCLUSÃO
CUIA 13/06/2019 07:41:12
Pela 22 02 18
Assinado eletronicamente por: Iranilda Dantas





500

Processo nº 0000252-16.2016.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a justiça gratuita, tendo em vista que o autor encontra-se atualmente preso, conforme certidão carcerária juntada às fls. 49, o que o impossibilita de exercer atividade remunerada.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, cite-se o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Picuí, 27 de fevereiro de 2018.

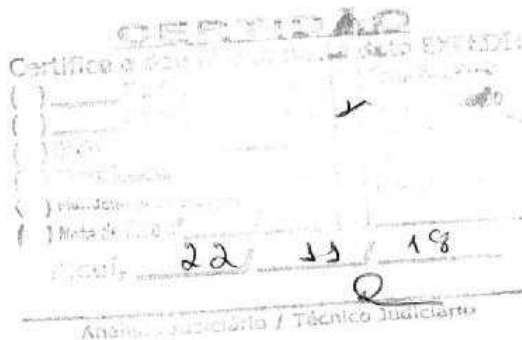
ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 22/11/2018

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)






PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI
VARA ÚNICA

CARTA DE CITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.
RUA SENADOR DANTAS Nº 74
5º ANDAR
CENTRO
RIO DE JANEIRO-RJ
CEP. 20.031-205

De ordem do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito desta Comarca, CITO Vossa Senhoria, para responder aos termos da presente ação (cópias da inicial e procuração em anexo), (advertindo-a na forma dos arts. 285 e 319, do CPC. "que não sendo contestada a ação no prazo de 15 dias, serão presumidos como aceitos pelo réu, os fatos alegados pelo autor), conforme despacho prolatado nos autos da Ação de Cobrança nº 0272012000454-7, promovida por **ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS**, com tramitação neste Juízo e Vara Única.

Picuí, 22 de novembro de 2018.


Iranilda Dantas
Técnica Judiciária



JUNTADA

Nesta data JUNTO a estes autos o(a)

() Mandado de Captura	<input checked="" type="checkbox"/> No AR
() Mandado de Interdição	() A Pedido
() Mandado de Arresto	() Oficial
() Oficial de	() Oficial Prescritor
() Nota de	

Piculi, 29/01/19

②



TJPB
VJB01X22

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS

08/01/2019
13:37:42

PARTE(S) PETICIONANTE(S)

Protocolo: D000010190271 - AVISO DE RECEBIMENTO

Data : 08/01/2019 Hora : 13:37:41

Processo : 00002521620168150271

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Parte(s) :
TERCEIROS

Impressora: _____ Qt. impressões: 2

F3 CANCELAR TECLA ENTER PARA PROTOCOLAR SEM IMPRIMIR

52

Correios SIGEP		AVISO DE RECEBIMENTO	CONTRATO 9912283594
DESTINATÁRIO: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. Rua Senador Dantas 74 5º ANDAR Centro 20031205 Rio de Janeiro-RJ BI632668438BR 		TENTATIVAS DE ENTREGA: 1º / / : h 2º / / : h 3º / / : h MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 1 Mudou-se 2 Endereço Insuficiente 3 Não Existe o Número 4 Desconhecido 5 Recusado 6 Não Procurado 7 Ausente 8 Falecido 9 Outros	CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA  RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO: R. Júnior 8.956.534-7
REMETENTE: Fórum Picui ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Rua São Sebastião, s/n 58187000 Picuí-PB			
OBSERVAÇÃO: C. Cit. - 2012454-7 - Angélica Jefferson da Silva Xavier e Valdeir Costa			
SIGNATÁRIA DO RECEBEDOR:  RICARDO LUIZ MARQUES RG: 08.093.341-2		DATA DE ENTREGA:	
NOME LEVANTE DO RECEBEDOR:		NºDOC DE IDENTIDADE:	





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000252-16.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0000252-16.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 12 de fevereiro de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Picuí

Rua São Sebastião, S/N, CENTRO, PICUÍ - PB - CEP: 58187-000

Número do Processo: 0000252-16.2016.8.15.0271
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [S E G U R O]
Polo ativo: AUTOR: ARQUILES JEFFERSON DA SILVA XAVIER DE VASCONCELOS
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que decorreu o prazo para o réu apresentar defesa, sem manifestação.

PICUÍ, 12 de fevereiro de 2020
LOURDEMAR VERAS FARES DAVID





Tribunal de Justiça da Paraíba

Vara Única de Picuí

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0000252-16.2016.8.15.0271

DECISÃO

Visto etc.,

Decreto a revelia da parte promovida, posto que, embora citada, deixou transcorrer o prazo contestacional *in albis*.

Entretanto, embora milite presunção de veracidade em desfavor da seguradora promovida quanto a existência do dano sofrido pelo promovente, por outro lado, para a resolução do mérito, faz-se necessário verificar a extensão e a natureza do dano sofrido pela parte autora, o que somente é possível por meio de realização de perícia médica.

Sendo assim:

1. Nomeio o Dr. ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA para o encargo de Perito Judicial (art. 465, CPC), cujos honorários arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do Convênio nº 015/2014 celebrado entre o TJPB e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.

2. Intimem-se as partes para tomar ciência da presente nomeação e, no prazo de 15 (quinze) dias: (I) arguir o impedimento a suspeição do perito, se for o caso, (II) indicar assistente técnico e (III) apresentar quesitos (caso ainda não feito), conforme § 1º e incisos do art. 465 do Código de Processo Civil¹.

3. Intime-se a seguradora ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o pagamento dos honorários periciais, devendo juntar sua comprovação nos autos, conforme determina o supramencionado convênio.

4. Depositados os honorários, intime-se o nomeado para designar dia/local/horário de realização do exame pericial, enviando-se-lhe os quesitos e intimando-se as partes. **Prazo para entrega do laudo: 30 (trinta) dias.**

5. Depositado o laudo em juízo, intimem-se as partes para **sobre ele se manifestarem**, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, § 1º, do CPC).

Intimem-se.



Picuí, data de assinatura eletrônica.

Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito

[1](#) Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;

II - indicar assistente técnico;

III - apresentar quesitos.



Ciente e aguarde-se a intimação da ré para que efetue o depósito dos honorários periciais no prazo de 15 dias, conforme os Termos do Convenio 015/2014 celebrado entre a Seguradora e o TJPB, além de determinado conforme descrito no item 03 da decisão retro (documento id 31368681).

